

Cotas e estratégias de permanência no ensino superior

Dyane Brito Reis
Robinson Moreira Tenório

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

REIS, DB., and TENÓRIO, RM. Cotas e estratégias de permanência no ensino superior. In TENÓRIO, RM. and VIEIRA, M.A., orgs. *Avaliação e sociedade: a negociação como caminho* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 47-66. ISBN 978-85-2320-934-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste livro, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este libro, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

DYANE BRITO REIS | ROBINSON MOREIRA TENÓRIO

Cotas e estratégias de permanência no ensino superior

INTRODUÇÃO

A partir de 2002, o debate e a implementação de políticas de ação afirmativa com viés racial e com foco no sistema de cotas estenderam-se por diversas Universidades Públicas Brasileiras, tanto Estaduais como Federais. Hoje, diversas universidades, segundo dados do PPCOR¹, adotam a política e, em sua ampla maioria com regras variadas, foram definidos mecanismos centrados na autodeclaração dos candidatos.

Neste artigo, trabalhamos com o conceito de ações afirmativas, como sendo

Medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, [...] de garantir a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1996, GTI População Negra).

Deste modo, essas medidas especiais buscam compensar um passado discriminatório, ao passo em que objetivam acelerar o processo de igualdade com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis como as minorias étnicas e raciais.

Entre as políticas de ações afirmativas implementadas no Brasil, estão as cotas para negros na universidade e no Serviço Público. A primeira categoria constitui-se no cerne da nossa análise, entretanto, não nos centraremos aqui somente na questão do acesso ao ensino superior, embora entendemos que a implantação do sistema de reserva de vagas é um grande avanço, o processo não acaba quando os estudantes de categorias sociais historicamente excluídas acessam uma vaga na universidade. Existem questões relativas à permanência, ao ensino de qualidade e principalmente às relações e às representações sociais.

É certo que a questão das condições materiais que pesam, sobretudo, na permanência nas universidades brasileiras afetam muitos estudantes, independente da cor da pele, mas é certo também que as diferenças e desigualdades históricas pesaram de forma distinta para negros e brancos. Os primeiros permaneceram à margem do processo sócio-econômico, tendo-lhes sido negado, inclusive, o direito à educação. A interdição a escravos e pretos livres de frequentarem a escola acarretou uma desvantagem histórica que não foi compensada pela Abolição, em decorrência do lento processo de expansão do ensino público no país e de processos políticos discriminatórios. Até os anos 60, por exemplo, a maioria dos pretos e pardos era analfabeta e, portanto, não podia votar (TELLES, 2003). Além disso, as condições de vida a que foi submetida grande parte da população negra criaram uma série de estigmas. À degradação material correspondia uma desmoralização, em que se afirmava uma série de inverdades sobre a capacidade intelectual e até mesmo a humanidade de homens e mulheres negras. Essas ideias se disseminaram e os estigmas contra a “gente de cor” perpetuaram-se durante décadas no seio da sociedade.

Deste modo, podemos verificar o que afirma Piovesan (2005), ou seja, é insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, abstrata; torna-se necessária a especificação do sujeito de direito que passa a ser visto em sua particularidade e peculiaridade. Determinados sujeitos de direito e/ou determinadas violações de direito exigem uma resposta específica e diferenciada. Assim, a população afro-descendente, as mulheres, as crianças e os demais grupos devem ser vistos nas especificidades da sua condição social.

A Convenção Internacional dos Direitos Humanos de 1965, ratificada no Brasil em 68, assinala que “qualquer doutrina de superioridade, baseada em diferenças raciais, é cientificamente falsa, moralmente condenável e socialmente injusta e perigosa, inexistindo justificativa para a discriminação racial em teoria ou prática em lugar algum”.

Vale ressaltar o que foi assinalado por Piovesan (2005): “a discriminação ocorre quando somos tratados iguais em situações diferentes e como diferentes em situações iguais”. É necessário, portanto, combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a

igualdade enquanto processo. Assim sendo, não basta, para assegurar a igualdade, proibir a discriminação. É necessária a criação de estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais. Neste caminho situam-se as ações afirmativas como instrumento de inclusão social e, vale salientar, ao falarmos em ações afirmativas aqui estamos considerando não somente as políticas de acesso, mas também aquelas que visam a garantia da permanência no ensino superior.

No âmbito dos desafios e esforços empreendidos por muitos pesquisadores com vistas à discussão das políticas públicas em educação, é necessário que as análises e reflexões se produzam a partir de horizontes críticos e posturas desmistificadoras do panorama histórico e cenário atual. Neste sentido, trabalhamos aqui com a ideia de que as ações afirmativas não implicam somente no acesso de estudantes negros e/ou pobres ao ensino superior. É necessária a sua permanência. Como afirma Feres Jr e Zoninsein (2006, p. 10), não adianta a medida ser justa e estar de acordo com os imperativos de justiça social se ela não produz resultados. Estes resultados são aqui entendidos como o alcance da igualdade de condições e de oportunidades para grupos socialmente discriminados, e isto inclui investimentos sociais também na permanência dos estudantes no ensino superior.

Permanência se constitui, portanto, no ponto central deste trabalho, o fulcro da nossa análise. As diversas formas de medidas de acesso ou de seleção de estudantes nas Instituições de Ensino (públicas ou privadas) nos coloca diante de diversas questões de ordem política, jurídica, institucional, econômica e acadêmica. Além disso, urge analisar, compreender e explicar a questão da permanência, não somente a permanência material – as condições de existência e sobrevivência na universidade: comer, vestir, comprar material, ter dinheiro para o transporte – mas também as condições de permanência simbólica: fazer parte do grupo, ser estudante universitário com todas as implicações que isso possa ter.

Este artigo é originário de uma pesquisa em curso na UFBA² e grande parte das discussões e reflexões aqui apresentadas estão apoiadas em dados obtidos na 1ª fase da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2006 e

2007. O objetivo principal deste trabalho é refletir sobre a ideia de **permanência** na Universidade, entendendo o estudante cotista como o/a jovem negro/a que precisa garantir sua estada na Universidade tendo que lidar com questões tais como: a preparação insuficiente na escola básica, a falta de recursos materiais e a discriminação racial (em que pese o fato de que em muitos cursos a presença de negros, mesmo após o sistema de cotas, ainda é muito pequena). Nesse contexto, entram em cena as políticas institucionais de garantia de permanência e/ou as estratégias informais e articulações dos alunos a fim de continuar estudando.

O INÍCIO DAS COTAS NA UFBA... UMA DIGRESSÃO

Ao trazermos a questão das cotas na universidade, é interessante pontuar o contexto em que estas surgem na Universidade Federal da Bahia. Ainda que a política de cotas seja uma demanda dos movimentos sociais negros, a sua implementação na UFBA ocorre em um contexto marcado por discussões, invasões da Reitoria e até mesmo o confronto entre estudantes e policiais, fato que foi amplamente divulgado pela imprensa baiana³.

Duras críticas foram dirigidas à UFBA em virtude do adiamento que a Universidade vinha fazendo no que tange ao debate sobre a adoção de estratégias de ampliação e diversificação da inclusão social. A população baiana assistia ao crescimento vertiginoso da concorrência no vestibular e, em proporção direta, à elevação do grau de seletividade no acesso aos cursos, sobretudo aqueles de maior prestígio social.

No ano de 2001, durante uma reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando se avaliavam mudanças propostas para o vestibular 2003, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) propôs que fosse incluída nas mudanças a adoção de 40% de cotas para negros. A partir desta proposição, foi constituído um Grupo de Trabalho, mas o tema só voltaria à pauta um ano depois. Em 2002, o Ceao/Ceafro encaminhou à Reitoria da Universidade uma proposta proveniente da discussão em um grupo, que posteriormente foi intitulado *Comitê pró-Cota*. Em seguida, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe)

aprovou a constituição de um Grupo de Trabalho, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Graduação, com a atribuição de elaborar uma proposta de “estratégias de inclusão social”. Em novembro do mesmo ano, na oportunidade da realização, em Salvador, da Reunião Plenária da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (Andifes), a Reitoria da UFBA promoveu um seminário sobre Políticas de Ação Afirmativa na Universidade, com a participação da Prof^a Nilcéa Freire, reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – primeira universidade a implantar o sistema de cotas raciais no Brasil (SANTOS; QUEIROZ, 2006).

O referido Grupo de Trabalho iniciou imediatamente suas atividades e, a partir do final de 2002, começou a promover oportunidades diversas de discussão sistemática do problema, com vistas à formulação de propostas voltadas para a ampliação do acesso aos cursos de graduação de grupos sociais historicamente excluídos. Obviamente que o foco da discussão são as cotas, portanto o acesso; contudo deveriam e foram observados, também, temas como a Política Institucional de Permanência.

O Grupo de Trabalho elaborou a proposta de ações afirmativas na UFBA e a encaminhou ao Consepe, tendo sido aprovada em reunião do dia 13 de abril de 2004. A partir dessa data, o Reitor, o Pró-Reitor de Graduação e outros membros do GT participaram de vários debates nas unidades de ensino para esclarecimentos sobre a proposta e subsídios à posição a ser levada pelos seus diretores para a decisão final do Conselho Universitário (UFBA, 2004). Vale ressaltar o amplo debate que ocorreu, espontaneamente, pela lista eletrônica da UFBA, envolvendo professores de diversas áreas e unidades de ensino, quando foram expressas livremente posições, as mais diversas, sobre o tema⁴.

Em 17 de maio de 2004, o programa foi aprovado e implementado pela primeira vez no vestibular de 2005⁵. Deste modo, a UFBA passou a figurar entre as Instituições de Ensino Superior que adotaram o sistema de cotas para negros em seu processo seletivo, e entendeu que, ainda que a Universidade tenha ao longo dos últimos anos desenvolvido estudos e atividades que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais, essas

iniciativas não são suficientes, em muitos casos são pontuais e nem sempre trazem grandes impactos sociais.

É sabido que o acesso ao ensino superior não é a única aspiração dos movimentos sociais, dos estudantes e de outros segmentos. Há de se considerar a permanência de qualidade para os estudantes cotistas. Daí, ações são projetadas e algumas implementadas na tentativa de garantir esta permanência e, quando as estratégias formais não são suficientes, entram em cena as chamadas “redes de solidariedade”, a “ajuda mútua”, o “se virar” e outros tantos conceitos que neste artigo estão denominados de estratégias informais de permanência da população negra no ensino superior. Alguns destes elementos serão discutidos nos itens que se seguem.

DISCUTINDO A IDEIA DE PERMANÊNCIA

Falar em políticas públicas de acesso à Universidade nos remete a uma outra discussão, tão importante quanto o acesso, e que se constitui no fulcro dessa análise. Buscaremos aqui discutir um conceito que tem sido amplamente citado, mas pouco discutido e, principalmente, pouco definido. Trata-se do conceito de Permanência.

Permanecer é uma palavra que vem do latim *permanescere* e significa conservar, continuar, perseverar, insistir. O substantivo permanência, por sua vez, deriva do latim *permanentia* e se constitui no ato de permanecer; significa, portanto, perseverança, constância, continuidade.

Permanecer adquire no sistema pós-cotas o significado de continuar nos estudos, mas esta permanência não pode ser resumida, meramente, ao assistencialismo. Também não pode ser pensada como uma política transitória, mas como uma política efetiva do Estado, no sentido de garantir e fortalecer a trajetória acadêmica de alunas e alunos negros com vistas à conclusão do seu curso e, quiçá, à sua entrada em um Programa de Pós-Graduação. Gomes (2005) vem afirmando que as políticas de ações afirmativas já existentes apontam para o fato de que a trajetória acadêmica dos jovens na universidade, sem uma adequada política de permanência, não é uma tarefa fácil. Isso reforça a demanda pela

implementação das cotas raciais, em conjunto com programas e projetos de permanência. Não é suficiente, afirma Gomes, “abrir as portas dos cursos superiores para a juventude negra; é preciso também garantir as condições adequadas de continuidade dos estudos e de formação acadêmica e científica” (2005, p. 258).

Um estudo publicado em 2004 pelo Observatório Universitário da Cândido Mendes revelou que “25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito” (PACHECO; RISTOFF, 2004, p. 9). Uma efetiva democratização da educação requer, certamente, políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional.

Após a implementação do sistema de reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras, pode-se observar um elevado número de estudantes pretos, pobres e de origem escolar pública que ultrapassaram as barreiras e ingressaram na universidade. Grignon e Gruel (apud ZAGO, 2006) apontam estudos que traçam um quadro bastante detalhado de vários aspectos da condição do estudante: financiamento dos estudos, moradia, transporte, alimentação, saúde, condições e hábitos de trabalho, relações com o meio de origem e com o meio estudantil, cultura e lazer. Reconhecendo os limites da teoria da reprodução, argumentam os autores que uma pesquisa representativa do conjunto da população de estudantes permite observar diferentes dimensões do êxito e do fracasso e os efeitos cumulativos da escolarização anterior. Da mesma forma, outros sociólogos e educadores (QUEIROZ, 2002; GUIMARÃES, 2003) vêm pesquisando as formas marginais de inserção de estudantes no ensino superior, reforçando a tese dos excluídos do interior, ou seja, das práticas mais brandas ou dissimuladas de exclusão (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2001).

Se não basta ter acesso ao ensino superior, é um erro considerar as políticas de ação afirmativa dado o seu conceito, apenas, como cotas na universidade. Evidentemente, cabe a discussão sobre o acesso, incluindo aí as escolhas pelo tipo de curso, mas também as condições materiais para o

estudo, quais sejam transporte, alimentação e aquisição de textos e livros (permanência material), bem como as condições de inserção ou de sobrevivência no sistema de ensino, que aqui denominamos permanência simbólica. Em pesquisa realizada com estudantes ingressos pelo sistema de reserva de vagas, observamos relatos de grande parte deles sobre o ambiente hostil dentro da sala de aula, assim como práticas discriminatórias pelas quais negros são percebidos de modo negativo no plano de suas possibilidades intelectuais. Nos chamados cursos nobres, atitudes como estas são, notadamente, mais frequentes.

Dentro de um ambiente que desqualifica sua identidade racial ou que põe em cheque sua capacidade ou mérito em estar cursando uma universidade, esses jovens recorrem a práticas de resistência que vão da passividade ao enfrentamento agressivo, passando mesmo pela tentativa de branqueamento, através da negação da sua cor ou da manipulação dos símbolos da chamada negritude (cabelos alisados, roupas “discretas” etc.). É importante ressaltar que muitos destes jovens, por sua história familiar ou do seu grupo social, não se veem como negros ou negras. Isto é uma descoberta propiciada pela construção de uma auto estima positiva, conhecimentos teóricos sobre a questão racial, laços afetivos e contatos com professores e intelectuais negros. É essa interlocução e o debate que poderão promover a reflexão e até mesmo a mudança. Esta reflexão pode ser comprovada a partir do relato de experiência, a nosso ver, exitosa, de Gomes (2004) sobre o programa de ações afirmativas da UFMG. Segundo a pesquisadora, o contato com intelectuais negros e as discussões acerca da questão racial têm permitido a afirmação da identidade negra, além de uma melhoria no desempenho escolar. Somados, estes fatores contribuem para a construção de uma auto-estima positiva.

POLÍTICAS FORMAIS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Inicialmente, devemos destacar o seguinte trecho:

[...] deve-se, contudo, considerar que, embora seja o sistema de cotas no Vestibular o aspecto que tem despertado maior interesse da comunidade, o Programa é bem mais amplo, envolvendo uma diversidade de **ações que devem ser projetadas e implementadas para que a decisão sobre a mudança em critérios de ingresso nos cursos não afete o padrão de qualidade que a UFBA vem conseguindo manter ao longo de sua história** (grifo nosso). (UNIVERSIDADE..., 2004)

Observe-se no trecho grifado que ganha contornos a ideia de que “a mudança no critério de ingresso” pode afetar a qualidade de ensino, ou seja, os estudantes não estão preparados para a Universidade, quando a grande questão é se a Universidade está preparada (ou se preparando) para receber os estudantes. Esta contradição nos revela o estágio atual do debate sobre as ações afirmativas, ou seja, uma parte do discurso oficial, embora afirme a necessidade da política de inclusão, acredita que alguns indivíduos não terão condições de acompanhar o ritmo de estudos, quer seja por falta de recursos materiais, quer seja por conta de uma educação básica deficitária e, deste modo, muitos alunos tendem a abandonar os seus cursos – muitas vezes ainda no início da graduação – ou mantêm-se na Universidade por um longo período de tempo, ora estudando, ora trancando a matrícula para poder trabalhar.

Se esta situação já é esperada, a Universidade poderá ter duas atitudes: a primeira é de manter uma posição de mera espectadora e se colocar neutra frente às desigualdades sociais, econômicas e raciais do seu corpo discente. A outra é adotar uma postura ativa e eficaz na concretização da igualdade de condições e oportunidades, através de Políticas Institucionais de Permanência no ensino superior. Reconhecendo esta necessidade é que, mais adiante, na proposta da UFBA, se afirma:

[...] o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e o apoio a atividades preparatórias da clientela de escolas públicas e de afro-descendentes para o processo seletivo. Prevê também a adoção de várias medidas de suporte à permanência bem sucedida

dos estudantes nos diversos cursos a até atividades qualificação e orientação de concluintes e egressos com vistas a favorecer seu acesso à pós-graduação e (ou) sua inserção no mundo do trabalho. (UNIVERSIDADE..., 2004)

O Programa de Ações Afirmativas da UFBA está pautado em quatro eixos, a saber: 1) Ações voltadas para a preparação dos candidatos ao Concurso Vestibular; 2) Ações voltadas especificamente para a realização do Concurso Vestibular; 3) Ações voltadas para o favorecimento da permanência dos aprovados e 4) Ações voltadas para o acompanhamento e avaliação das políticas adotadas.

No eixo 1, as ações visam uma melhor qualificação, para a concorrência no vestibular, dos que pleiteiam o ingresso na universidade, tais como: contribuições para a melhoria da qualidade da educação ministrada nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, elevação do nível de informação dos candidatos sobre o próprio Concurso Vestibular e preparação dos candidatos nos conteúdos específicos exigidos nas provas do Concurso Vestibular. A UFBA tem promovido, atualmente, ações para mudança efetiva do Concurso Vestibular e tem sido referência, neste sentido, para outras universidades.

No eixo 2, segundo o documento da Universidade (UNIVERSIDADE..., 2004), pretende-se a criação de condições objetivas para acesso, tais como: consolidação dos critérios e manutenção ou ampliação do quantitativo de isenções de taxa de inscrição oferecido pela UFBA para o Concurso Vestibular⁶; divulgação, por meio de Edital, dos critérios de isenção, inscrição de candidatos e seleção dos isentos da taxa de inscrição; realização das provas do Concurso Vestibular em cidades de diferentes regiões do estado; ampliação do número de vagas de ingresso por meio do vestibular e diversificação da oferta de cursos de graduação; reserva de vagas, de acordo com a proposta aprovada pelo Consepee pelo Consuni⁷, cujos critérios serão amplamente divulgados para os públicos interno e externo. Sabe-se que a UFBA tem mantido, anualmente, um programa de isenção de taxas do vestibular para alunos carentes e, conforme descrito no item

anterior, tem promovido mudanças efetivas no sistema de ingresso à Universidade. Estas mudanças afetaram diretamente a forma como era realizado o concurso.

No eixo 3, as ações envolvem a implementação de mecanismos de apoio a estudantes para que eles tenham condições de trabalhar e estudar, ou simplesmente de se dedicar ao curso escolhido. Considera-se necessário: concentrar a oferta dos cursos em um único turno; ampliar a oferta de cursos noturnos; aumentar o número de bolsas oferecidas a estudantes de graduação; estruturar um sistema de acompanhamento acadêmico (tutoria) dos estudantes nos cursos em que se identifique necessidade e viabilidade; reforçar a política de assistência estudantil – residência, alimentação, transporte etc. Esta política, entretanto, não depende somente da UFBA, mas de recursos adicionais e de mudanças na política de assistência estudantil por parte do MEC, como afirma Barreto (2007).

Finalmente, o eixo 4 envolve levantamentos e organização de dados estatísticos que subsidiem relatórios avaliativos quanto aos resultados da adoção de políticas afirmativas na UFBA, orientando a manutenção, a ampliação/potencialização ou a revisão das medidas adotadas. Esta pesquisa está em curso no Ceao e alguns resultados já foram divulgados⁸.

Atualmente, a UFBA conta com mais de 2.000 alunos ingressantes pelo sistema de reserva de vagas, mas não dispõe nem de 50% deste total em bolsas de apoio à permanência. Algumas Instituições Governamentais ou Não Governamentais e/ou Programas têm apoiado esses estudantes cotistas com recursos materiais (bolsas) e muitas vezes propiciam também o suporte acadêmico, através de seminários, debates e grupos de estudo e trabalho. São exemplos disto, a Fundação Clemente Mariani, a Secretaria Municipal da Reparação, a Seppir (Governo Federal), através dos Programas/Projetos Uniafro, Brasil Afro Atitude e Conexão de Saberes e ainda o Programa A Cor da Bahia, com o Projeto Tutoria.

Um dos mais recentes e mais abrangentes Projetos da Universidade, no que diz respeito à permanência, é o Programa Permanecer, vinculado à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil. Esta Pró-Reitoria, vale salientar, também é uma ação pós-cotas. O Programa Permanecer objetiva

consolidar estruturas que garantam a permanência com qualidade e o sucesso de estudantes oriundos de grupos sub-representados na comunidade universitária ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica, otimizando seu desempenho acadêmico⁹.

Para tal o Programa provê com 600 bolsas de R\$ 300,00 (trezentos reais) os campi de Barreiras (65 bolsas), Vitória da Conquista (35 bolsas) e Salvador (500 bolsas), e atua em 4 dimensões: extensão universitária, atividades docentes e ações institucionais.

ESTRATÉGIAS INFORMAIS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Quando as políticas públicas inexistem ou são insuficientes para dar conta da demanda de estudantes ingressos no sistema universitário, mas, que não têm condições econômicas de se manter, entram em cena as estratégias e disposições práticas, incluindo aí as redes de solidariedade, núcleos de estudantes universitários negros e grupos de cooperação. Em muitos casos, esses estudantes negros são os primeiros da família a ingressar na universidade. Então, a família se reúne para ajudar nos custeios de sua manutenção, sobretudo quando o jovem ingressa em cursos de alto prestígio. A universidade é, para essas famílias, uma possibilidade concreta de mobilidade social e, conseqüentemente, a garantia de um futuro melhor. Daí, serem “tecidas” essas redes de solidariedade, aqui chamadas de estratégias informais de permanência. Aqui, a discussão que travamos está pautada em entrevistas realizadas com estudantes cotistas nos anos de 2006 e 2007 (REIS, 2007).

Toda a discussão das Políticas de Ações Afirmativas na UFBA se deu, prioritariamente, em torno do acesso; está em fase muito inicial, conforme discutimos anteriormente.

Falta à sociedade, aos movimentos negros, discutir a qualidade da permanência. O debate esteve centrado nas cotas, mas cessou. A permanência é importante e tem sido tratada só pelo viés da bolsa-auxílio de R\$260,00 que devia ser usado para o material

pedagógico e devido às condições dos estudantes a bolsa é usada pra tudo, para sobreviver. Além disso, há a tensão constante em perder qualquer disciplina para não perder a bolsa (Estudante da UFBA e membro do Nenu)

Nas entrevistas individuais encontramos um dado interessante: os estudantes cotistas observam o *score* global como uma estratégia extremamente importante, pois, à medida que mantêm seus escores altos, esses estudantes têm a possibilidade de se matricular nos primeiros dias e assim escolher matérias e concentrar os horários em apenas um turno. Desse modo, conseguem trabalhar ou estagiar no turno oposto. Este é um dado importante e interessante ao mesmo tempo, porque temos observado as pesquisas desenvolvidas na UFBA afirmarem que: “a média de desempenho dos estudantes ingressos pelo sistema de reserva de vagas é superior a dos seus colegas ingressos pelo sistema comum”, e a análise realizada esteve sempre centrada em apenas dois aspectos: 1) o de que estes estudantes precisam provar, mais que os outros, a sua capacidade e 2) que estes estudantes se “agarram com todas as forças a esta oportunidade”. Bom, é importante notar que, em primeiro lugar, o sistema de reserva de vagas não deve ser entendido como oportunidade, mas como reparação a um passado histórico de exclusão e discriminação de alguns grupos sociais, e, em segundo lugar, o *score* deve, sim, ser analisado sob a ótica da estratégia informal de permanência, já que ele abre possibilidade de emprego e estágio (a partir da concentração dos horários de aula em um único turno) e mais tarde permite disputar uma vaga de bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Como atesta o trecho da entrevista a seguir:

Muita gente falava você é louco, Universidade Federal é pra quem pode. Primeira estratégia: escore. Descobrimos que o escore faz poder escolher a disciplina e arrumar os horários - tudo de manhã ou tudo de tarde. Aí dá pra fazer uns bicos etc. Esta era uma das estratégias, então tinha que estudar, dar conta. Isso terminava fazendo com que agente confirmasse aquela coisa que os professores diziam que agente tinha que ralar mais do

que os outros, mas porque tinha que ralar mais que os outros?
Para poder trabalhar.

Eu falo assim, mas as estratégias são crueis.

(Aluno do curso de Ciências Sociais e ex-aluno da Cooperativa
Steve Biko)

O principal questionamento dos estudantes é o pequeno número de beneficiados com as Políticas Institucionais que venham garantir a permanência no ensino superior e, ainda, uma inexistência, segundo eles, de articulação entre as políticas existentes.

Entre os itens básicos da permanência material, destacamos alimentação e transporte, em que pese o fato de a UFBA não dispor de um Restaurante Universitário. Nas entrevistas individuais, muitos estudantes disseram que tentaram o auxílio alimentação, mas não conseguiram. Então, um método muito utilizado é visitar um colega na Residência Universitária no horário de almoço e este dividir a alimentação a que tem direito como residente. Outra estratégia informal que surge daquela necessidade é a organização de grupos de cooperação. Os membros deste grupo dividem a comida e água que levam para passar o dia na universidade e se ajudam nas disciplinas e na divisão dos textos fotocopiados necessários ao acompanhamento das aulas. Foi dentro desta prática que nasceu o Núcleo de Estudantes Universitários Negros (Nenu), hoje institucionalizado em outras Universidades Públicas Federais e Estaduais

Como foi detalhado em outro estudo (REIS, 2007), o Nenu cresceu e se manteve buscando estratégias de acesso e permanência da população negra no ensino superior; daí, tiveram participação ativa na construção da Política de Cotas da UFBA e foi a primeira entidade estudantil a apresentar formalmente uma proposta de permanência dos estudantes ingressos pelo sistema de reserva de vagas. O Nenu não se constituiu em uma entidade jurídica, mas é um grupo que tem reconhecimento dentro da Universidade, sobretudo na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. É um grupo que conta com o apoio de intelectuais do movimento negro e alguns professores engajados na questão.

Um elemento interessante destacado pelos estudantes do Nenu diz respeito aos referenciais teóricos negros e à história e contribuição dos povos negros no Brasil, tão desconhecidos para boa parte dos estudantes, inclusive aqueles ingressos pelo sistema de reserva de vagas. Neste ponto, vale a pena destacar novamente que a auto declaração como negro ou pardo para acessar o sistema de reserva de vagas, em sua maioria, nada tem a ver com militância política, e até mesmo com conhecimento sobre as questões raciais no Brasil, seus problemas e contradições. Por conta disto, o Nenu propôs e já coloca em prática, internamente, um módulo específico chamado Introdução ao Pensamento Africano (IPA). A proposta é ser um módulo de estudos para os estudantes cotistas da universidade como um todo, mas por hora tem funcionando com seminários, exibição de vídeos e discussões sobre o tema. Trata-se aqui de uma estratégia de permanência simbólica, pois ao apontar a busca da formação intelectual em sua plenitude, estes grupos veem à universidade como empoderamento dos jovens negros.

Os entrevistados que fazem parte do Núcleo de Estudantes Negros Universitários têm um discurso muito alinhado e são unânimes em dizer que não pretendem ser a salvação do mundo ou, como disse um entrevistado: “O Nenu não pretende ser Carpinteiro do Universo”, mas ser um agrupamento de estudantes negros que, juntos, possam garantir a sua permanência e o acesso e permanência de outros negros na Universidade Federal da Bahia, como atesta a seguinte fala:

A gente tenta estabelecer uma irmandade. A gente está sempre se juntando para tentar resolver essas demandas; muita gente diz que o Nenu é fechado, mas a gente não tem pretensão de salvar o mundo, mas queremos fazer o máximo para salvar os nossos¹⁰. No Nenu só entram negros, nós somos um grupo de estudantes negros e tentamos nos ajudar, criar oportunidades etc.

Mas são enfáticos em exigir políticas públicas que garantam a permanência de qualidade nos estudos:

Os Programas Institucionais de Permanência têm que ser fortalecidos, repensados. Não dá pra ficar com as experiências

informais que, embora dêem certo, não podemos contar só com isso. (Estudante ingresso pelo sistema de cotas).

Assim como para a aluna entrevistada, em nosso entendimento, somente a adoção institucional de políticas de permanência que ultrapassem a assistência estudantil poderá garantir o potencial e a capacidade de aprofundamento nos estudos e a possibilidade de uma trajetória acadêmica bem sucedida para estes estudantes.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A adoção de políticas públicas com recorte racial adotadas pelo Estado brasileiro é, no plano formal, uma correção histórica da situação de exclusão. Representa o reconhecimento do Brasil como uma sociedade racialmente desigual e evidencia a necessidade de combater o tratamento diferenciado dispensado a alguns segmentos raciais. Entre as dimensões prioritárias para o combate a estas desigualdades, a educação se destaca e nesta pesquisa foi o fulcro da análise.

Se por um lado a adoção de políticas de cotas permite um acesso considerável de negros à universidade, por outro lado há de se considerar a necessidade de políticas de permanência de qualidade, e esse é o desafio posto às universidades, em particular a UFBA, objeto deste estudo.

Quando apontamos o termo trajetória acadêmica, referimo-nos não somente à sala de aula, disciplinas, currículos etc. Mas, para além disso, estamos considerando a universidade como um espaço de pesquisa, discussões, ricos debates e atividades e principalmente um espaço de construção do conhecimento. E embora isso pareça estar acessível a todo e qualquer aluno, na prática do cotidiano acadêmico, muitos estudantes, por sua origem socioeconômica e pelas desigualdades raciais e educacionais historicamente acumuladas, não podem vivenciar este ambiente em sua plenitude. Assim, somente uma política efetiva de permanência – no sentido de existir, de estar na universidade – poderá propiciar esta experiência.

Estudos de Gomes (2004) demonstram que existem especificidades nesses projetos institucionais de permanência, visto que as ações, em geral, estão voltadas para o “momento de formação”, ou seja, se o aluno se encontra no início, meio ou no final do curso de graduação. Ressalte-se que o chamado “fortalecimento político cultural” deve estar presente em todos os projetos, o que vai variar são as ações no campo acadêmico. No início e meio da formação acadêmica, por exemplo, o ideal é o incentivo às bolsas de iniciação científica e engajamento em grupos de pesquisa; já os alunos em estágio final da graduação deveriam contar com projetos que lhes auxiliasse com o envolvimento acadêmico a caminho de uma pós-graduação. Desta forma, a política de ações afirmativas seria mais efetiva já que, ao invés de entender o acesso à Universidade como a aquisição de um diploma de ensino superior, esta seria vista, ao contrário, como acesso aos instrumentos de produção do conhecimento, bem como o empoderamento desta juventude negra que poderá promover uma efetiva mudança social. Outro elemento importante a ser destacado é que os programas de ações afirmativas requerem metas a curto, médio e longo prazo, recursos financeiros e materiais, além de profissionais competentes, abertos à diversidade étnico-racial da nação brasileira.

Atender às necessidades da sociedade, no que diz respeito ao desenvolvimento científico, econômico e tecnológico, é tarefa primordial da universidade; entretanto a qualidade de vida acadêmica não pode ser esquecida. Quando falamos em qualidade de vida acadêmica, não nos referimos somente à questão material, à subsistência. Referimo-nos também a um tipo de formação que permita aos estudantes (negros e não negros), a atuação efetiva numa sociedade multicultural e pluriétnica, a fim de garantir a tão sonhada igualdade na diversidade.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Paula C. S. Apoio à permanência de estudantes de escolas públicas e negros em universidades públicas brasileiras. In: André Augusto Brandão. (Org.).

Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, v. 1, p. 145-154.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In : BOURDIEU, P. (org.) **A miséria do mundo**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERES JR, João.; ZONINSEIN, Jonas.(org) **Ação Afirmativa e Universidade: Experiências Nacionais Comparadas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GOMES, Nilma Lino.; MARTINS. Aracy Alves (Orgs). **Afirmando direitos: Acesso e permanência de jovens negros na Universidade**. Minas Gerais: Autêntica, 2004.

_____. A Universidade Pública como direito dos(as) jovens negros(as): a experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005

GUIMARÃES, A.S.A. (2003). Acesso de negros às universidades públicas, In: **Cadernos de Pesquisa**, n.118, p. 247-268.

JUNQUEIRA, R. D. Prefácio: LOPES, Maria Auxiliadora. BRAGA, Maria Lúcia de Santana. **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior**. Brasília:. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

PACHECO, E. e RISTOFF, D.I. **Educação superior: democratizando o acesso**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Série documental. Textos para discussão.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos Direitos Humanos. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, 2005

QUEIROZ, D. M. Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil. Um estudo comparativo. **Novos toques**, Salvador, v. 5, p. 13-77, 2002.

REIS, D. B. Acesso e Permanência de Negros no Ensino Superior: o caso da UFBA. In: Lopes, Maria Auxiliadora; Braga, Maria Lúcia de Santana. (Org.). **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior**. 1 ed. Brasília: MEC/Unesco, 2007, v. 30, p. 11-358.

SANTOS, J. T. dos; QUEIROZ, D. M. (2005-2006). Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal, **REVISTA USP**, São Paulo, n.68, p.58-75.

TELLES, E. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, PRO-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO. **Políticas de Inclusão Social na UFBA – PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS**. Salvador, Julho de 2004.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas - São Paulo, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

NOTAS

- 1 Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira – Laboratório de Políticas Públicas. UERJ. Dados disponíveis em www.lpp-uerj.net
- 2 Projeto de Tese de Doutorado de Dyane Brito Reis e orientado pelo Prof. Robinson Moreira Tenório. O projeto é intitulado: *Políticas públicas de acesso e permanência da população negra no Ensino Superior – Um debate em curso*.
- 3 Esta ocupação ocorreu em 2004.
- 4 Sobre este assunto, ver Queiroz e Santos; 2004. Disponível em: www.ifcs.ufrj.br/observa/relatorios/RelatorioCotasUFBA.pdf
- 5 Resolução 01/04
- 6 Do Concurso Vestibular de 2003 ao de 2005, o número de isenções cresceu de 4.729 para 8.000 (Prograd).
- 7 De acordo com a proposta aprovada, todos os candidatos prestam o mesmo vestibular e só se classificam os que obtêm pontuação acima do “ponto de corte”. Os candidatos não se inscrevem como cotistas ou não-cotistas. Identificam-se as faixas de concorrência pelo mecanismo de autodeclaração do candidato na inscrição (estas informações estão disponíveis no Manual do Candidato e/ou na Resolução 01/04 – www.ufba.br).

- 8 Disponível em: www.vestibular.ufba.br
- 9 Disponível em: www.permanecer.ufba.br
- 10 Grifo nosso